



2023

Relatório e Contas

Junho

IMGA Dívida Pública Europeia

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto



United Nations
Global Compact



Classificação
SFDR - Artº 8

ÍNDICE

<i>Relatório de Gestão</i>	2
Nota Introdutória	3
Síntese da Evolução dos Mercados	4
Principais Eventos	7
Desempenho dos Fundos de Obrigações	8
Informação relativa à Gestão do Fundo	9
Erros de Valorização	11
Eventos Subsequentes	11
Notas Informativas	12
<i>Balanço</i>	15
<i>Demonstração de Resultados</i>	18
<i>Demonstração de Fluxos de caixa</i>	20
<i>Anexo às demonstrações financeiras</i>	23
<i>Relatório de Auditoria</i>	30

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 22 de julho de 2013 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, tendo em 2015 alterado a sua denominação de Millennium Global Bond Selection para IMGA Global Bond Selection, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

No sentido de aproximar a designação comercial à sua Política de Investimento e facilitar uma mais correta perceção do risco, alterou a sua denominação em 11 de janeiro de 2018, passando a denominar-se IMGA Dívida Pública Europeia.

A Categoria R de Unidades de participação deste Fundo passou a estar disponível para comercialização a partir de 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 3 de maio de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

Após a subida mais rápida e acentuada das taxas diretoras dos bancos centrais das economias desenvolvidas desde o início dos anos 80, as expectativas económicas no arranque do ano para 2023 eram globalmente desfavoráveis. Estas assentavam nos níveis historicamente deprimidos dos principais indicadores de confiança, assim como nos sinais de várias métricas com capacidade indicativa da trajetória futura do ciclo económico.

Na verdade, o contraste entre estas projeções de quebra da atividade económica global em 2023 e o desempenho económico registado ao longo do 1º semestre do ano foi extremo, o que teve por base vários fatores explicativos.

Depois de no verão de 2022 atingirem máximos desde meados de 2014, os preços das matérias-primas retrocederam significativamente desde o 3º trimestre de 2022. O movimento foi liderado pela correção do cabaz energético, com as respetivas cotações a manterem-se surpreendentemente pressionadas ao longo do 1º semestre de 2023. Mais especificamente, a queda superior a 50% do preço do gás natural na Área do Euro entre agosto e o início de dezembro de 2022 e a subsequente desvalorização de quase 80% até junho de 2023 conduziu a matéria-prima à sua cotação mais reduzida desde junho de 2021, isto é, abaixo do patamar verificado antes da guerra na Ucrânia. A correção minimizou o impacto económico nos setores mais intensivos em energia e contribuiu para o retrocesso da inflação no período em análise.

Em segundo lugar, depois de dois anos e meio de políticas pandémicas restritivas e principalmente após a reeleição e reforço da influência de Xi Jinping na liderança do Partido Comunista da China, assistiu-se a uma alteração radical da postura do executivo chinês. A remoção das restrições pandémicas aconteceu de forma muito mais célere do que a esperada, o que garantiu uma

recuperação económica muito significativa nos primeiros meses de 2023.

Em terceiro lugar, um conjunto de fatores associados à herança pós-pandémica continuaram a suportar os níveis de atividade económica. Na ótica da despesa, a utilização das poupanças excedentárias acumuladas durante o período pandémico, juntamente com a supressão das taxas de poupança garantiram uma continuidade dos padrões de consumo, mesmo perante quebras significativas dos níveis de rendimento real disponível. Por outro lado, os acréscimos das margens de lucro empresariais, fruto dos elevados níveis de procura e da escassez de oferta permitiram em simultâneo manter os níveis de emprego em máximos históricos e suportar o investimento.

Por fim, na ótica da oferta, depois de atingidos níveis historicamente reduzidos de inventários no final de 2022, a normalização do funcionamento das cadeias de abastecimento contribuiu para a recuperação da atividade económica em alguns setores, com destaque para a indústria e em particular para o setor automóvel.

O enquadramento descrito permitiu uma recuperação progressiva dos índices de confiança e apenas uma estagnação da atividade europeia no 1º trimestre (após -0,1% em cadeia no 4º trimestre de 2022), “beneficiada” pelo contributo positivo das exportações líquidas (queda das importações superior à das exportações) e pela expansão do investimento. Inversamente, o consumo privado voltou a contribuir negativamente para a atividade económica no primeiro trimestre do ano. Apesar da fragilidade da generalidade dos indicadores de confiança/atividade entre abril e junho e da vulnerabilidade da economia alemã, o PIB da Área do Euro cresceu 0,3% no 2º trimestre de 2023.

O nível de atividade económica dos EUA superou igualmente as expectativas, com um crescimento

em cadeia anualizado de 2%, que contou com um contributo decisivo do consumo privado (+4,2%), assim como das exportações líquidas, que mais do que compensaram os contributos negativos das componentes de inventários e de investimento residencial. A expansão em cadeia no 2º trimestre do ano foi de 2,3%.

Entre os principais blocos económicos, o maior destaque foi para a China, que fruto do abandono mais célere da sua política Covid-zero assinalou um crescimento em cadeia de 2,2% no 1º trimestre do ano. Apesar do desempenho mais favorável nesse período, a trajetória da generalidade dos indicadores de confiança e de atividade foi de moderação, o que, aliado à relutância em anunciar estímulos mais significativos e abrangentes, significou um realinhamento de expectativas para um acréscimo inferior à média histórica no 2º trimestre de 2023.

O enquadramento descrito justificou revisões em alta praticamente generalizadas das estimativas de crescimento económico e contribuiu para o perfil de valorização dos ativos de risco. Não obstante, não foi apenas a dinâmica económica que condicionou os mercados financeiros.

O período em análise ficou igualmente marcado pela crise no setor bancário e respetiva falência de três bancos regionais dos EUA, uma situação com ondas de choque na Europa, cuja crise de confiança originou a resolução do Credit Suisse. Apesar da resposta proporcional e célere dos reguladores e em particular da Reserva Federal dos EUA ter minimizado a escalada da crise, as suas implicações são ainda desconhecidas e sobrepõem-se ao impacto das subidas das taxas de juro ocorridas e da deterioração das condições de concessão de crédito já em curso antes destes eventos. O primeiro semestre de 2023 ficou igualmente marcado pela deterioração do clima geopolítico, em particular entre os EUA e a China.

Depois de ter centrado a atenção dos investidores em 2022, a inflação manteve-se algo pressionada à escala global nos primeiros meses de 2023, tendo

desde então encetado uma trajetória descendente, fruto da normalização do funcionamento das cadeias de abastecimento e da queda do preço das matérias-primas. No entanto, a dinâmica económica resiliente e a solidez do mercado laboral significaram acréscimos e riscos de maior persistência da inflação no setor dos serviços e mais genericamente da inflação subjacente.

Pese embora a adoção de uma postura menos agressiva pelos principais bancos centrais, pela via de acréscimos de menor proporção das respetivas taxas diretoras, o enviesamento continuou a ser de convergência para a maior restritividade das políticas monetárias dos últimos quarenta anos.

A retórica dos principais bancos centrais evoluiu, ao longo do primeiro semestre de 2023, em linha com a evidência de maior solidez da dinâmica económica e principalmente com o caráter tendencialmente mais persistente da inflação. Deste modo, as expectativas de subidas de taxas diretoras pela Reserva Federal dos EUA, do BCE e do Banco de Inglaterra, entre outros, sofreram acréscimos algo significativos no 1º trimestre.

Embora a crise de confiança no setor bancário dos EUA tenha alterado radicalmente as expectativas de atuação dos principais bancos centrais, estas retomaram a trajetória ascendente desde então, aproximando-se do patamar original à medida que os riscos de recessão no curto-prazo e que os riscos de instabilidade financeira retrocederam.

Apesar das perspetivas de políticas económicas mais restritivas, o desempenho das principais classes de ativos foi amplamente contrastante com o ano de 2022.

As taxas de juro soberanas registaram uma evolução diferenciada ao longo da curva de rendimentos, com acréscimos das taxas reais nas menores maturidades, fruto da continuidade do ciclo de subida de taxas diretoras no curto-prazo, mas quedas das taxas de juro soberanas nas maturidades mais longas, fruto do retrocesso das expectativas inflacionistas de médio/longo-prazo

no caso dos EUA e das taxas reais no caso europeu. As taxas nominais dos EUA e da Alemanha com maturidade a 10 anos evoluíram ao longo do primeiro semestre de 2023 nos níveis mais elevados desde 2010 e 2011, respetivamente. O desempenho da periferia europeia foi globalmente positivo, com estreitamentos de spread face à Alemanha, com destaque para a queda de praticamente 100pb do diferencial de taxas da Grécia, no seguimento do sucesso das políticas económicas implementadas e das perspetivas de subida para rating de investimento. Itália e Portugal estiveram igualmente em destaque pela positiva, com estreitamentos de 64 e 46pb.

Apesar das expetativas de deterioração dos fundamentais empresariais, incluindo o impacto do retrocesso da procura e da subida das taxas de juro no perfil de incumprimentos, assistiu-se também neste capítulo a uma maior resiliência face ao esperado, justificada pelos níveis ainda elevados de procura e pela capacidade de transmissão do acréscimo dos custos para o consumidor final e até uma subida das margens operacionais. Como tal, apesar da evolução algo volátil ao longo do período em análise, os spreads do crédito registaram estreitamentos transversais, quer nos EUA quer na Europa, e mais expressivos nos segmentos de menor qualidade creditícia. A exceção foi o segmento de dívida subordinada de financeiras, fruto do maior prémio de risco exigido no seguimento da crise de confiança no setor.

Ainda no âmbito do rendimento fixo, a propensão para ativos de risco, a estabilização do dólar, de taxas de juro mais baixas e as perspetivas económicas mais construtivas para a China contribuíram positivamente para o desempenho da dívida de mercados emergentes, quer empresarial quer de soberanos, com o subsegmento de dívida em moeda local em plano de destaque no 1º semestre de 2023.

O ambiente descrito provou-se favorável para os mercados acionistas. Os resultados empresariais mais sólidos do que o esperado, as revisões em alta das projeções para os resultados empresariais

futuros e principalmente a expansão de múltiplos, reflexo do ambiente de otimismo económico e do sentimento mais positivo dos investidores, estiveram na origem do melhor desempenho da classe. As elevadas expetativas em torno do investimento em “inteligência artificial” contribuíram para as fortes valorizações dos títulos mais expostos a esta temática, assim como de forma mais generalizada para o apetite pelo risco. Por outro lado, a reabertura da economia japonesa, o maior otimismo para o crescimento dos resultados empresariais nesta geografia e principalmente a desvalorização da divisa nipónica contribuíram para a forte valorização dos índices japoneses no 1º semestre do ano.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia manteve a trajetória ascendente, depois de atingidos mínimos plurianuais em agosto de 2022, reflexo do maior otimismo económico e da postura mais proativa do Banco Central Europeu em resposta aos níveis excessivos da inflação na região. Em termos individuais, destaque para a apreciação contra o dólar dos EUA (1,9%), contra as divisas nórdicas (coroas norueguesa e sueca), face ao yuan e ao iene, e para as perdas contra a libra britânica e contra o franco suíço. Em termos agregados, o dólar exibiu uma elevada volatilidade e encerrou o semestre a desvalorizar marginalmente, destacando-se os ganhos contra o iene e contra o yuan. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes desvalorizou 1,6% face ao dólar no 1º semestre de 2023.

A classe de matérias-primas esteve em evidência pela negativa nos primeiros seis meses do ano. Apesar do clima de tensão geopolítica, com expoente máximo na guerra na Ucrânia, o índice representativo da classe desvalorizou cerca de 10%. Não obstante a resiliência macroeconómica à escala global e a reabertura da economia chinesa, as maiores perdedoras foram as subcomponentes respeitantes aos bens energéticos (-22%) e aos metais industriais (-14,5%), com os metais preciosos a destacarem-se pela positiva (+0,5%).

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 4 de janeiro de 2023 foi constituída a Categoria R para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 28 de fevereiro de 2023 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Liquidez.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 17 de fevereiro de 2023 foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A 9 de março foram alterados os Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, com a inclusão de um anexo com informações relacionadas com a sustentabilidade e no âmbito da transparência dos investimentos sustentáveis na divulgação de informações pré-contratuais, tal como previsto no Regulamento Delegado (EU) 2023/363.

A 15 de maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2022.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 28 de abril de 2023 foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

NOVOS FUNDOS:

IMGA PME Flex

A 2 de janeiro de 2023 o fundo IMGA PME Flex iniciou a sua atividade, com a constituição da categoria I.

IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I

O fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I começou a sua comercialização a 2 de janeiro de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de fevereiro, com a constituição da Categoria A.

IMGA Financial Bonds 3,5 Y

O fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y começou a sua comercialização a 20 de março de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de junho, com a constituição da Categoria A.

IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série

A 29 de junho de 2023 foi autorizada a constituição do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

No primeiro trimestre de 2023 foram publicadas atualizações no website da Sociedade Gestora relativas à Política de Sustentabilidade adotada e ao documento “Informações Relacionadas com Sustentabilidade”, com a inclusão de um ponto sobre diligência devida e uma síntese da política de envolvimento.

A 30 de junho foi igualmente publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2022.

Desempenho dos Fundos de Obrigações

O ambiente de subida de taxas de juro foi o principal catalisador para o forte incremento nos ativos sob gestão dos fundos de Obrigações durante o primeiro semestre de 2023. Os investidores procuraram refúgio nesta classe de ativos, que saiu reforçada com o apoio das políticas dos bancos centrais, bem como pelos resultados empresariais em linha com o exetável. O incremento do rendimento (yield) de aplicações alinhadas com as taxas Euribor consubstanciou-se na construção de soluções financeiras de prazo e rendimento pré-determinado, com grande sucesso de vendas, que resultou no aumento substancial dos ativos sob gestão nesta categoria.

Segundo dados da APFIPP, as rendibilidades a seis e doze meses da quase totalidade dos fundos de Obrigações foram positivas, fazendo esquecer uma boa parte da rendibilidade negativa do ano de 2022. A quota de mercado desta categoria de fundos foi a que maior crescimento registou nos primeiros seis meses de 2023.

Os fundos desta categoria contribuíram para um incremento de €157,9M dos ativos sob gestão da IMGA, sendo uma parte substancial resultante das vendas líquidas dos fundos de rendimento e duração pré-definida.

A rendibilidade a 12 meses variou entre -2,9% no fundo IMGA Dívida Pública Europeia (Categoria A) e 2,4% no fundo IMGA Rendimento Mais, o que evidencia os diferentes comportamentos dos rendimentos, quer das taxas de juro de emissões públicas ou privadas, quer a nível de geografia. O efeito imediato da subida das taxas de juro comprometeu a performance dos fundos indexados à dívida pública europeia, por oposição ao suporte obtido nas restantes categorias de dívida, nomeadamente na dívida privada, sustentado nos bons resultados empresariais.

No primeiro semestre de 2023 foram constituídos dois novos fundos de obrigações. Em fevereiro foi constituído o fundo IMGA Financial Bonds 3y 2,25% Serie I - Categoria A e, em junho, o Fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y - Categoria A, que detinham uma carteira no final de junho de 2023 de, respetivamente, €184M e €5M.

No final de junho, a IMGA detinha um total de ativos sob gestão de €834M nesta categoria de fundos de investimento, repartidos por 8 fundos.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	1,69%	1,07%	2	-0,34%	0,99%	2	-0,28%	1,47%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	1,62%	1,08%	2	-	-	-	-	-	-
CA RENDIMENTO	1,79%	1,37%	2	-0,66%	1,25%	2	-0,58%	1,97%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	1,79%	1,87%	2	-1,32%	1,76%	2	-0,80%	2,32%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	1,78%	1,87%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	-2,89%	4,34%	3	-3,94%	3,82%	3	-1,19%	4,06%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	-2,88%	4,35%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	1,37%	3,22%	3	-2,74%	3,06%	3	-1,35%	4,21%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	1,81%	3,21%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R	1,33%	3,23%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA RENDIMENTO MAIS	2,41%	3,23%	3	-2,40%	2,88%	3	-1,55%	3,25%	3
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A Categoria A dos Fundos IMGA Financial Bonds 3Y 2,25% Serie I e IMGA Financial Bonds 3,5 Y, constituíram-se respetivamente, em fevereiro e junho de 2023, pelo que não têm rendibilidade a 1 ano.

Fonte: IMGA a 30 de junho de 2023

Informação relativa à Gestão do Fundo

O primeiro semestre de 2023 foi caracterizado pela continuação do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, pelas pressões inflacionistas elevadas nos EUA e na Europa, que se tornaram persistentes, e pela intervenção expressiva dos bancos centrais, através do aumento significativo das taxas de juro e redução dos programas de estímulos à economia.

Os dados macroeconómicos sobre o emprego, consumo, atividade e pressão salarial continuaram a suportar a robustez das economias dos EUA e da Europa, apesar do abrandamento económico evidenciado por alguns indicadores avançados.

A crise de liquidez verificada nos bancos regionais norte-americanos - que contribuiu para a resolução do banco Credit Suisse -, teve um efeito temporário na redução das taxas de juro e aumento da aversão ao risco, tendo sido rapidamente solucionada pelos reguladores, permitindo a normalização dos mercados financeiros.

Adicionalmente, a China abandonou a política limitada de combate à pandemia (Covid zero), contribuindo para o crescimento económico global, embora a um ritmo inferior ao esperado. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram bastante no curto prazo, tendo o longo prazo registado uma ligeira diminuição, com a curva temporal a agravar substancialmente a inversão devido aos receios de uma recessão económica eminente.

No mercado obrigacionista de dívida privada, os acontecimentos descritos anteriormente não tiveram impacto negativo no segmento *Investment Grade* e *High Yield*, tendo os spreads estreitado na generalidade. Os spreads atuais de crédito já incorporam muitos dos riscos acima mencionados, nomeadamente o cenário de estagflação e ligeira recessão económica. Durante o primeiro semestre do ano houve um aumento significativo das

emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito também a aumentar.

Neste contexto, durante o primeiro semestre do ano a estratégia prosseguida na gestão do fundo IMGA Dívida Pública assentou numa gestão ativa do risco de taxa de juro da Alemanha e do risco de crédito soberano da Europa Periférica tendo em conta a dimensão do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, a manutenção da inflação em níveis elevados, o aumento das taxas de juro de referência e a retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais.

Devido à volatilidade das taxas de juro no médio e longo prazo, o Fundo geriu de forma conservadora a sua exposição a Portugal, Espanha e Itália, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro e no risco de crédito soberano a remunerações mais atrativas e em maturidades de curto e médio prazo.

Com os dados macroeconómicos nos EUA e na Europa a apontarem para um cenário de inflação persistente e os bancos centrais dos EUA e da Europa a realizarem subidas das taxas de juro de referência, o Fundo manteve os seus níveis de duração core reduzidos durante o primeiro semestre de 2023, com coberturas parciais do risco de taxa de juro e através de investimentos em maturidades mais curtas.

Adicionalmente, devido ao anúncio do fim do programa de compras de dívida pública do BCE, o investimento centralizado em dívida pública periférica foi mantido a níveis inferiores e maturidades mais curtas devido aos receios de um potencial alargamento das curvas dos spreads dos soberanos periféricos.

O investimento em dívida pública core, nomeadamente dívida da União Europeia, assumiu

uma maior importância estratégica na gestão do Fundo. O Fundo manteve os seus níveis de duração periférica baixos. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, acabou por ter impacto na performance do Fundo.

O desempenho do Fundo durante o primeiro semestre de 2023 foi influenciado pela evolução dos prémios de risco de crédito soberano da Europa Periférica, nomeadamente Portugal, Espanha e Itália, e pela volatilidade das taxas de juro.

A participação ativa no mercado primário de obrigações de governos para captar o prémio de risco e a sua monetização em mercado secundário foram ajustadas para níveis mais baixos devido à volatilidade das taxas de juro.

A categoria A de Unidades de Participação (UPs) do fundo IMGA Dívida Pública Europeia apresentou no final de junho de 2023 uma rentabilidade a 1 ano de -2,8% e uma rentabilidade efetiva a 6 meses de 2%, tendo atingido um valor líquido global de €10,8M, inferior em 3,6% face aos €11,2M de dezembro de 2022.

Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas negativas de €0,6M, fundamentalmente devido ao valor dos resgates.

Relativamente à categoria R de UPs do Fundo, a rentabilidade a 1 ano foi de -2,8% no final de junho de 2023 e de 2,1% a 6 meses efetiva.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos



Erros de Valorização

Até 30 de junho de 2023 não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

A 3 de julho de 2023 foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série.

A 19 de julho de 2023, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV), da notificação para comercialização, numa base transfronteiriça, do fundo IMGA Ações Portugal, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desse Fundo no mercado espanhol.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto IMGA Dívida Pública Europeia

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 22 de julho de 2013

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira em 30 de junho de 2023: 10 832 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	jun/23
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A										
Rendibilidade	2,8%	-0,1%	0,7%	0,6%	-2,4%	2,2%	0,2%	-0,2%	-3,9%	1,7%
Risco (nível)	1	2	2	1	2	2	3	1	2	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R										
Rendibilidade									-4,0%	1,6%
Risco (nível)									2	2

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em ativos de taxa fixa, procurando prevenir adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos dentro da zona euro. O OIC detém, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Para a realização desta política, o OIC investirá, direta ou indiretamente, os seus capitais em obrigações, com distintos graus de subordinação, de taxa fixa, de taxa variável, obrigações hipotecárias ou resultantes da titularização de créditos e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente, predominantemente expressos em euros, emitidos por entidades privadas ou emitidos ou garantidos por um Estado Membro da OCDE, por Entidades Supranacionais ou por organismos internacionais de carácter público. O OIC deverá ter no mínimo 50% do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações de taxa fixa. O OIC poderá investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, até ao limite máximo de 10% do seu valor líquido global, podendo exceder este limite desde que em simultâneo efetue, para o excesso, a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado, nos termos do Prospeto. O OIC pode utilizar instrumentos financeiros derivados para exposição adicional sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 10% do seu valor líquido global.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	30.06.2023
Nº UP's em circulação	1 988 826,1071	3 324 763,3451	3 012 838,9389	2 417 465,6726	2 296 169,3530
Valor Unitário UP (Euros)	5,3314	5,5218	5,2780	4,6203	4,7167
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	30.06.2023
Nº UP's em circulação			200,4009	423,8246	423,8246
Valor Unitário UP (Euros)			4,9853	4,3643	4,4571

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	jun/23		2022		2021		2020	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	435	0,0	483	0,0	261	0,0	2 261	0,1
Mercados União Europeia	Alemanha	2 295		2 284		2 211		1 629	
	Austria							164	
	Bélgica	1 466		1 329		565		798	
	Chipre			314		592		258	
	Espanha	2 031		1 741		2 477		2 333	
	França	1 387		1 366		2 674		3 066	
	Irlanda	130		318		417		440	
	Países Baixos	452		448					
	Itália	1 819		1 741		4 109		4 394	
	Finlândia					509		106	
	Grécia	525		473		764		862	
	Eslovaca (República)							224	
	sub-total	10 105	0,6	10 014	1,2	14 320	0,9	14 273	0,4
Outros Mercados	Chile					393			
	sub-total	0	0,0	0	0,0	393	0,0	0	0,0
Total		10 540	0,6	10 497	1,2	14 974	0,9	16 534	0,5

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

30.06.2023	
Valores mobiliários	10 540 179
Saldos bancários	109 156
Outros ativos	815 065
Total dos ativos	11 464 399
Passivos	632 196
Valor Líquido de Inventário	10 832 204

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	435 445	966	1 638	434 774	8 237	443 011	4%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	11 235 559	33 340	1 163 494	10 105 405	35 738	10 141 143	96%
TOTAL	11 671 004	34 306	1 165 131	10 540 179	43 975	10 584 154	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	52 609
As mais-valias de investimentos	1 189 190
Custos	
Custos de gestão	(51 980)
Custos de depósito	(2 735)
Outros encargos, taxas e impostos	(7 972)
As menos-valias de investimentos	(948 402)
Custos de negociação	(1 032)
Lucro líquido	229 678
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	61 874
Resgates	(630 454)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A		IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2021	15 901 757,19	5,2780	999,04	4,9853
31.12.2022	11 169 255,90	4,6203	1 849,67	4,3643
30.06.2023	10 830 314,80	4,7167	1 889,01	4,4571

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2022	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2023
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(8 185 000)	-	6 345 440	16 907	(1 839 560)
Operações Sobre Cotações					

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(valores em Euro)

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVO						
Código	Designação	30-06-2023			31-12-2022	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações	11 671 004	34 306	(1 165 131)	10 540 179	10 496 607
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação					
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>11 671 004</u>	<u>34 306</u>	<u>(1 165 131)</u>	<u>10 540 179</u>	<u>10 496 607</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores	770 822			770 822	268 123
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>770 822</u>			<u>770 822</u>	<u>268 123</u>
Disponibilidades						
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	109 156			109 156	412 953
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>109 156</u>			<u>109 156</u>	<u>412 953</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proveitos	43 975			43 975	23 438
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	268			268	0
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>44 243</u>			<u>44 243</u>	<u>23 438</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>12 595 225</u>	<u>34 306</u>	<u>(1 165 131)</u>	<u>11 464 399</u>	<u>11 201 122</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				2 296 169	2 417 466
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				424	424

PASSIVO			
Código	Designação	Períodos	
		30-06-2023	31-12-2022
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	11 482 962	12 089 443
62	Variações Patrimoniais	1 337 645	1 299 744
64	Resultados Transitados	(2 218 081)	(435 662)
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	229 678	(1 782 419)
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>10 832 204</u>	<u>11 171 106</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes		15 643
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	9 445	10 347
424+...+429	Outras contas de Credores	620 616	1 874
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>630 062</u>	<u>27 864</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	2 134	2 153
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>2 134</u>	<u>2 153</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>11 464 399</u>	<u>11 201 122</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	4.7167	4.6203
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	4.4571	4.3643

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2023	31-12-2022
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	1 839 560	8 185 000

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2023	31-12-2022
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	1 839 560	8 185 000
	<i>Total</i>	1 839 560	8 185 000
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	1 839 560	8 185 000
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 30 DE JUNHO DE 2022**

CUSTOS E PERDAS		Períodos	
Código	Designação	30-06-2023	30-06-2022
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 032	1 032
724+...+728	Outras Operações Correntes	55 587	71 501
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	25 382	1 495 177
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	923 020	1 110 226
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	4 966	6 350
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 134	2 152
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>1 012 121</u>	<u>2 686 438</u>
79	Outros custos e perdas das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>229 678</u>	
	TOTAL	<u>1 241 799</u>	<u>2 686 438</u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	263 153	(1 374 092)
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	26 038	266 938
B-A	Resultados Correntes	229 678	(1 187 156)

PROVEITOS E GANHOS		Períodos	
Código	Designação	30-06-2023	30-06-2022
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	49 435	42 727
811+814+827+818	De Operações Correntes	3 174	
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	240 132	79 391
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	949 058	1 377 165
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>1 241 799</u>	<u>1 499 282</u>
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
66	Resultado Líquido do Período (se<0)		<u>1 187 156</u>
	TOTAL	<u>1 241 799</u>	<u>2 686 438</u>
F - E	Resultados Eventuais		
B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	229 678	(1 187 156)
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	229 678	(1 187 156)

Demonstração de Fluxos de caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-23		30-jun-22	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		61 874		177 873
Subscrição de unidades de participação	61 874		177 873	
...				
PAGAMENTOS:		646 097		2 157 412
Resgates de unidades de participação	646 097		2 157 412	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(584 223)		(1 979 539)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		2 916 630		6 238 097
Venda de títulos e outros ativos	2 887 699		6 195 354	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	28 931		42 743	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		2 623 179		4 850 796
Compra de títulos e outros ativos	2 622 068		4 849 711	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	569		554	
Outras taxas e comissões	2		26	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	541		505	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		293 451		1 387 301
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		2 703 514		4 149 565
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	936 742		1 328 148	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	412 746		624 281	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	1 354 027		2 197 136	
PAGAMENTOS:		2 654 997		3 498 936
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	919 834		1 046 121	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	349 593		488 401	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	1 385 569		1 964 414	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		48 517		650 629

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-23		30-jun-22	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários				
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		61 544		81 438
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários				
Comissão de gestão	54 780		72 585	
Comissão de depósito	2 883		3 820	
Taxa de supervisão	1 014		1 133	
Impostos e taxas	2 867		3 899	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(61 544)		(81 438)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(303 798)		(23 046)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		412 953		506 830
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		109 156		483 784

Anexo às demonstrações financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2023

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Dívida Pública Europeia – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 30 de maio de 2013, tendo iniciado a sua atividade em 22 de julho de 2013. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em ativos de taxa fixa, procurando prevenir adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos dentro da zona euro.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O Património do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal. Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação foi de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2023, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Subscrições		Resgates		Outros	Resultados do Exercício	30-06-2023
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R			
		Valor base	12 089 443	66 115	-			
Diferença p/Valor Base	1 299 744	(4 241)	-	42 143	-	-	1 337 645	
Resultados acumulados	(435 662)					(1 782 419)	(2 218 081)	
Resultados do período	(1 782 419)					1 782 419	229 678	
SOMA	11 171 106	61 874	-	(630 454)	-	-	10 832 204	
Nº de Unidades participação								
Categoria A	2 417 466	13 223		(134 519)			2 296 169	
Categoria R	424		-		-		424	
Valor Unidade participação								
Categoria A	4.6203						4.7167	
Categoria R	4.3643						4.4571	

Em 30 de junho de 2023 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2023	30-06-23	4.7167	10 830 315	2 296 169	4.4571	1 889	424	10 832 204	2 296 593
	31-03-23	4.7014	11 065 059	2 353 615	4.4417	1 882	424	11 066 941	2 354 039
Ano 2022	31-12-22	4.6203	11 169 256	2 417 466	4.3643	1 850	424	11 171 106	2 417 889
	30-09-22	4.6707	11 639 575	2 492 051	4.4159	885	200	11 640 460	2 492 252
	30-06-22	4.8573	12 801 701	2 635 585	4.5894	920	200	12 802 621	2 635 785
	31-03-22	5.0883	14 355 072	2 821 246	4.8049	963	200	19 184 667	3 572 638
Ano 2021	31-12-21	5.2780	15 901 757	3 012 839	4.9853	999	200	15 902 756	3 013 039
	30-09-21	5.3149	16 221 843	3 052 153	5.0208	1 006	200	16 222 849	3 052 354
	30-06-21	5.3005	17 377 180	3 278 417	5.0079	1 004	200	17 378 184	3 278 618
	31-03-21	5.3699	19 184 667	3 572 638	-	-	-	19 184 667	3 572 638

Em 30 de junho de 2023, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	2
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	2	-
0.5% ≤ UPs < 2%	24	-
UPs < 0.5%	967	-
TOTAL	993	2

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 1.65% 16/07/32	176 320	966	-	177 286	4 005	181 291
PGB Float 23/07/25	259 125	-	(1 638)	257 488	4 232	261 719
	435 445	966	(1 638)	434 774	8 237	443 011
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Belgium Kingdom 0% 22/10/31	384 264	-	(69 900)	314 364	-	314 364
BGB 0 1/2 10/22/24	101 353	-	(5 025)	96 328	344	96 672
Bonos Y Oblig Del Estado 0% 31/01/28	647 786	-	(86 108)	561 678	-	561 678
Bonos Y Oblig Del Estado 0.5% 31/10/31	160 110	-	(70)	160 040	663	160 703
Bonos Y Oblig Del Estado 2.55% 31/10/32	370 320	4 732	-	375 052	6 763	381 815
Bonos Y Oblig Del Estado 3.15% 30/04/33	638 483	-	(10 784)	627 699	3 360	631 059
BTPS 0.95% 15/09/27	884 527	-	(124 075)	760 453	2 367	762 820
BTPS 4.35% 01/11/33	614 340	1 848	-	616 188	4 219	620 407
BUNDESobligation 0 10/04/26	289 887	-	(12 852)	277 035	-	277 035
BundesRepublic Deutschland 0% 15/02/30	631 292	-	(118 832)	512 460	-	512 460
BundesRepublic Deutschland 0% 15/08/29	102 015	-	(15 704)	86 311	-	86 311
CCTS EU Float 15/10/30	448 851	-	(6 532)	442 319	4 028	446 347
DBR 1% 15/08/25	642 906	-	(68 418)	574 488	5 244	579 732
Deustchland I/L Bond 0.1% 15/04/26	842 849	160 711	(158 417)	845 143	179	845 323

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
European Union 0% 04/07/31	143 916	-	(25 491)	118 425	-	118 425
European Union 0% 04/10/28	101 992	-	(16 809)	85 183	-	85 183
European Union 0% 04/11/25	195 838	-	(10 642)	185 196	-	185 196
European Union 2.75% 04/02/33	296 382	-	(2 901)	293 481	4 973	298 454
FRTR 0% 25/03/25	409 820	-	(31 792)	378 028	-	378 028
FRTR 0% 25/11/30	822 416	-	(171 824)	650 592	-	650 592
FRTR 0.75 25/11/28	394 012	-	(35 564)	358 448	1 784	360 232
Hellenic Republic 4.25% 15/06/33	498 910	25 725	-	524 635	871	525 506
IRISH TSY 1.3% 15/05/33	169 761	-	(39 693)	130 068	245	130 313
Netherlands Government 0% 15/01/27	474 130	-	(21 980)	452 150	-	452 150
SPGB 0% 31/05/25	267 810	-	(14 882)	252 928	-	252 928
SPGB 1% 31/10/50	98 154	-	(44 515)	53 639	663	54 302
	10 632 123	193 016	(1 092 809)	9 732 331	35 702	9 768 033
-Out.Fundos Públicos Equiparados						
European Union 0% 04/10/30	154 555	-	(33 454)	121 101	-	121 101
European Union 0% 07/04/35	116 725	-	(37 231)	79 494	-	79 494
European Union 0.2% 04/06/36	171 445	1 035	-	172 480	36	172 516
	442 725	1 035	(70 685)	373 075	36	373 110
TOTAL	11 510 293	195 017	(1 165 131)	10 540 179	43 975	10 584 154

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- Valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia

de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2023, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
USD	77 140	-	-	-	-	-	77 140
Contravalor Euro	70 992	-	-	-	-	-	70 992

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2023, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	727 628	-	-	(1 839 560)	-	(1 111 932)
de 1 a 3 anos	2 339 436	-	-	-	-	2 339 436
de 3 a 5 anos	1 769 912	-	-	-	-	1 769 912
de 5 a 7 anos	1 370 464	-	-	-	-	1 370 464
mais de 7 anos	3 668 648	-	-	-	-	3 668 648

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2023 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	54 048	0,49%	11	0,58%
Comissão de Depósito	2 845	0,03%	0	0,00%
Taxa de Supervisão	792	0,01%	0	0,01%
Custos de Auditoria	2 134	0,02%	0	0,02%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	2 750	0,02%	0	0,02%
Outros Custos Correntes	544	0,00%	0	0,00%
TOTAL	63 113		12	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0,57%		0,64%

(1) Média relativa ao período de referência

A apresentação da Nota 15 das Notas Anexas às demonstrações financeiras, foi, a partir do período corrente, alterada por forma a detalhar os custos incorridos pelo OIC de acordo com a apresentação efetuada no respetivo prospeto (apresentando assim maior detalhe face ao exigido pelo Regulamento nº 16/2003).

Relatório de Auditoria

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Dívida Pública Europeia – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o “OIC”) gerido pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 11 464 399 euros e um total de capital do OIC de 10 832 204 euros, incluindo um resultado líquido de 229 678 euros), a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Dívida Pública Europeia – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

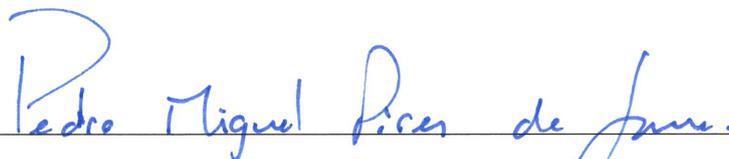
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de agosto de 2023



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com n.º 20190019)